

Nos textos sobre a Amazônia,
Euclides da Cunha recorre
freqüentemente à imagem — quase
sempre como recurso quando
a pretensão científicante o acua
na aporia conceitual. A cidade
tropical é para ele a figura
emblemática de um dilema cultural.

Historiografia a tintas nada neutras

LOURIVAL HOLANDA BARROS

LOURIVAL HOLANDA BARROS
é doutorando em Letras pela
Universidade de São Paulo e
professor da Universidade do
Amazonas.

Em dado momento, debruçando-se sobre antigos cronistas e cartógrafos fabulosos, surpreso, Euclides da Cunha surpreende pelo que denota de percepção moderna na leitura que faz. Dos cartógrafos antigos que situavam o Mundo Novo — e, nele, os interesses do Velho — diz que "a figura do continente deformado (...) é, certo, incorretíssima. *Mas tem rigorismos fotográficos no retratar uma época*" (1).

Moeda corrente, hoje, entre os historiadores que criaram novos critérios críticos, alargando a visão de seus estudos a outras expressões culturais, a leitura de Euclides indicia deste modo sua modernidade na sensibilidade à forma imaginífica do texto.

Euclides lê as entrelinhas das crônicas, quer decifrar ícones: "... e vemos, como não no-lo mostrariam os mais lúcidos historiadores, os aspectos dominantes do regime instituído pela conquista nas recém-descobertas regiões". A aguda percepção artística permite ler, no traçado das "áureas iluminuras" dos mapas, a relevância dada às minas numerosas: "o objetivo exclusivo de seus novos povoadores". Isto porque — e aqui as vozes de Barthes e Lotman consoam — o código artístico, mais que o científico, carrega maior número de indícios. Euclides percebe, por aí, que a forma do discurso *informa*, mas sobretudo *significa*. Lendo a irracionalidade (ou: a racionalidade diversa) que cada passado contém, em seu *ethos*, Euclides se põe nos limites da nossa modernidade crítica.

Hoje, tendo perdido a superstição da referencialidade, podemos reavaliar o texto euclidiano com outros critérios críticos — que a premência do paradigma de racionalidade impunha àquele momento peias precisas.

Quando, entre 1904 e 1905, Euclides da Cunha chega à Amazônia, vem carregado já de expectativas criadas pelas tantas leituras feitas antes. Euclides faz a "invenção" desta Amazônia "há muito tempo prefigurada" (remetendo aqui ao étimo latino: alguém descobre além o que já trazia em si). O real imaginado vai sofrer o confronto do seu barco aportando em Belém e Manaus.

Muitos viajantes e cientistas itinerantes "geniais escrevedores de monografias" deixaram rastros de sua ciência — que quase sempre abarcava mal a questão tropical. De Montesquieu a Buffon, passando por Mme. de Staël, inviabilizava-se a possi-

1 *Peru versus Bolívia*, Rio de Janeiro, Ed. Record, s/d. p. 40.



Banco de Dados

Euclides em óleo sobre tela de Arnaldo Barbosa, 1946

bilidade de civilização sob os trópicos. E, quando mais tarde cede-se à evidência — a desnorante vitalidade tropical —, o discurso europeu já mascara sob o selo do primitivismo seus propósitos de espoliação: colonizar é preciso.

Negação e contra-negação, na curiosidade científica: os viajores vêm, vêem, e sofrem, aqui, a impactação transformadora a que Araripe Junior chamou "obnubilção tropical" — o viajor acresce a si o país alheio.

Euclides vê a Amazônia ainda pelo olhar alheio: ele a vê como a lê nos tantos viajantes que deambulam Brasil afora. Caso singular de visão transversa; quando não de visão astigmata: as duas imagens não se justapõem inteiramente. O instrumental de que Euclides dispõe é precário, incapaz de apreender e integrar a Amazônia no seu projeto de interpretação nacional. Os enfoques de Martius, de Spix, Agassiz ou Bates não bastam porque, ainda que profundos, não se alargam numa visão de conjunto como queria Euclides.

Do impasse assim criado — inadequação do instrumental positivista e um imperioso desejo de escritura — Euclides tira seu trunfo maior: um discurso imagético, barroquizante em sua estrutura, que finda por captar muito da complexidade de seu objeto no modo como o relata.

O discurso euclidiano, de grande força poética pelo potencial imagístico que veicula, já fora apontado tanto por Franklin de Oliveira⁽²⁾ como por Gilberto Freyre ou Casais Monteiro⁽³⁾. Em Euclides, caráter e modo de escritura se conjugam. E podemos estar, com G. Duby, certos de que "as pulsões do desejo se introduzem no próprio trabalho do historiador a diferentes níveis". Sobre o real pretendido, Euclides vê se superpor o real lingüístico. E acentua, deforma, anima, transfigura o fato.

Nos textos sobre a Amazônia, Euclides freqüentemente recorre à imagem — quase sempre como recurso quando a pretensão científicizante o acua na aporia conceitual.

A cidade tropical é, para Euclides, a figura emblemática de um dilema cultural. Através das tantas leituras, Euclides via inviabilizada a possibilidade real de civili-

2 Franklin de Oliveira, *A Espada e a Letra*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983, p. 83.

3 Francisco Venâncio Filho, *Euclides da Cunha e seus Amigos*, São Paulo, 1938.

zação sob os trópicos. Chegando a Belém averigua e vê evidente a feliz cidade tropical. De Belém escreve ao pai: "Nunca esperei a surpresa que me causou aquela cidade", que o impulso econômico da borracha fizera crescer. A adequação da cultura a seu meio surpreende Euclides: "Nunca São Paulo e o Rio terão suas avenidas monumentais, largas de 40 metros e sombreadas de filas sucessivas de árvores enormes. Não se imagina, no resto do Brasil, o que é a cidade de Belém com seus edifícios desmesurados, as praças incomparáveis e com sua gente de hábitos europeus, cavaleira e generosa. Foi a maior surpresa de toda a viagem" (4).

Em que pese o quanto a expectativa projetada em idealidade, Euclides conhece no governo municipal de Antonio Lemos, de Belém, um certo padrão de modernidade urbana que, mais tarde, Pereira Passos, prefeito carioca, reconhece, em 1904: "Começo a fazer na minha cidade o que Vossa Excelência já fez na sua".

O urbanismo inteligente da cidade de então, mais moderna que a de hoje, aberta em vias públicas amplas, e verdes ainda, faz Euclides admirar "esta Manaus rasgada em avenidas largas e longas, pelas audácias do Pensador" (falava do governador Eduardo Ribeiro).

A imagem que Euclides tem ante os olhos, desmente a imagem que trazia na mente. Visão astigmata, esta: as leituras prefabricam um modelo que a realidade desfaz, impondo outro.

A aceitação tropical não foi imediata: justamente porque mediada pelas tantas leituras, estrangeiras sobretudo. A impressão apressada é ainda comum no turista que pavoneia seu cápital (ou seu desencanto) por nossas cidades tropicais, justificando a injustiça de suas avaliações pela pobreza de quem se toma por padrão de bem-estar. As cidades tropicais não se deixam, fácil, reduzir ou caber no exótico. Só se dão, depois de uma conquista lenta de adequação e assimilação. Nem Mário de Andrade, cujas cartas do Norte atestam flagrante desnorteio, escapou a este impacto(5). Sua passagem por Manaus tocou limites; seu julgamento antecedeu a compreensão. Ninguém aproxima, impune, a linha do Equador.

Sob o primeiro impacto, Euclides escreve a Afonso Arinos: "Quem resiste a tal clima, tem nos músculos a elástica firmeza das fibras dos buritis e nas artérias o sangue frio das sucuriúbas" (6). Quando a caneta lhe escorrega dos dedos molhados de suor, é natural que não entenda o *glorious clime* que lera em Bates!

Pouco depois, e passada a impressão primeira, Euclides, tendo já acomodado o incômodo e a surpresa, escreve a José Veríssimo: "Corrijo um tópico da minha carta anterior: escrevendo-a sob uma temperatura de 30 graus, tolhi algumas amargas considerações sobre o clima. Era uma impressão passageira. Já estou reconciliado com ele. Já compreendo um pouco o 'glorious clime' de Bates, o 'delightful' clima de Wallace, e até o céu de opalas de Mourcroy" (7).

Com Euclides, a ciência alheia, passando pelo crisol dos trópicos, é submetida à transmutação: os antigos chamaram a isto "a vertigem do Atlântico" — a marca da violência do transplante. O discurso amazônico de Euclides ganha outra direção, toma um sentido norteador. Muita coisa escapa à nomeação taxonômica, perde os limites de segurança científica. O afã fáustico, a grande apetência de ciência, ali se alia ao vigor do verbo culto, florido, de quem responde à impactação da descoberta, com o atrevimento da adjetivação.

O discurso historiográfico que resulta daí sai singularizado e cria, assim, uma percepção particular do objeto. Cria uma visão nova; não um reconhecimento.

O discurso científico, referencial e transitivo, informa o leitor; o discurso literário (e há o estatuto literário da história) prolonga sua pulsão escópica, toca o imaginário por aquela "feitiçaria" — a *sorcellerie* baudelairiana — de quem maneja sagazmente a linguagem na construção do fato histórico.

A fatura literária de todo discurso histórico (Hayden White) distingue Michelet de Tocqueville; Oliveira Martins e João Lúcio de Azevedo tornam menores a muitos: pelo modo que, mesmo a despeito do duvidoso dos dados, põem o texto fora do campo da ciência.

A questão narrativa, em história, se resolve na tropologia. E esta remete ao "lugar" (ao *topos*) onde o discurso é enunciado. O lugar da enunciação está carregado de outros índices que constituem uma cultura. E deles o texto traz traços — urge ler, numa semiologia social, os espetáculos, os trajés, os ícones.

Em Euclides as palavras e as coisas vêm semiologizadas, adquirem estatuto de sentido: o relevo de uma paisagem, a fatura tosca de uma imagem, um verso popular, a construção de um judas nos seringais.

4 Carta a Manuel Pimenta da Cunha, Manaus, 30/12/1904, idem.

5 Leandro Tocantins, *Vida, Ação, Cultura*, Rio de Janeiro, Gráfica Record Ed., 1968.

6 *Cartas de Machado de Assis e Euclides da Cunha*, Rio de Janeiro, Waissman, Reis & Cia, 1931, p. 74.

7 Idem, Carta de 2/2/1905.

Marc Bloch, desde os anos 40, e Philippe Ariès, em texto de 54, apontam para esta vertente que desaguará na moderna historiografia ensaística onde a exposição factual se envolve e constitui nas linguagens. A leitura da história através de outros objetos muda, com o ângulo de abordagem, o método histórico. Trocando assim as ilusões de um saber positivista pelas novas possibilidades de um saber orgânico e dinâmico.

A questão da decodificação cultural permite, por sua mobilidade, ler o homem naquilo que o constitui: sua variação. Tarefa a que o historiador se deve dar — se faça eco a Lucien Febvre, Ph. Ariès, ou Braudel. As decodificações culturais permitem captar, em movimento, aquilo que constitui a natureza — ondulante e diversa — do homem.

Esta vivência da diferença, Euclides não a teve antes de Canudos. A visão astigmata — quando à imagem livresca se contrapõe a realidade — Euclides a corrige depois, quando, passado o impacto cultural, ele depura, na interpretação laboriosa, sua visão sertaneja.

Os sertões não haviam ganho o direito de cidade na historiografia nacional. Eram mero adendo do Nordeste. Eram o *binc sunt leones* onde os cartógrafos antigos situavam a barbárie, o lugar temido da inversão de seus valores. O Outro, por excelência.

Os Sertões, Euclides é quem os cria. Quem lhes confere direito de cidade. Antes, o sertão é, exatamente, uma imprecisão geográfica. Uma imagem num sistema de representações sociais: o lugar da anticultura, da barbárie; o que o país ainda não submeteu.

O texto euclidiano arrancou o sertão à ignorância nacional. Por onde o país não só se enriquece, mas se define em suas variantes culturais.

Toda ciência opera uma seleção sobre o fenômeno. Esta seleção já é, em si, transformante. Enquanto está gerando e digerindo leituras alheias, Euclides está gerando o seu texto. Os conhecimentos hierarquizados do momento euclidiano são revistos e problematizados de modo sutil nos procedimentos assistemáticos que repontam na função dominante: o discurso metafórico, carregado de tensão e figuras agônicas. E, quanto mais agudo se acusa este desejo de escritura (o barroco é uma *vontade* de fazer arte, enfatiza Walter Benjamin), tanto maiores são os indícios culturais que sua percepção capta. Estou, com G. Duby, "certo de que as pulsões do desejo se introduzem no próprio trabalho do historiador a diferentes níveis" (8).

Escrevendo sobre a Amazônia — outro grande espaço na indigência científica do tempo de Euclides — os textos euclidianos põem à tona problema fundo: de como uma sociedade resiste, quando não recusa, a modelar e integrar uma região à sua configuração mental. A inteligência política quase sempre regionalizou. Reduziu. E reduziu-se, assim, quase sempre.

Hoje, depois da ruptura epistemológica da crítica moderna esses textos pedem, pela rotação dos signos, leituras reabilitadoras. Já sem a superstição da legalidade canônica — de ressaibo positivista — a análise do processo de escritura em Euclides da Cunha alarga, em momento oportuno e merecido, nossa compreensão de seu aporte.

O melhor da produção amazônica de Euclides ocorre quando, indo além do condicionamento cultural, ele transcende o meio livresco, fazendo emergir, independentemente de seus determinismos, uma interpretação larga do problema da Amazônia. Chega a apontar ali "a mais criminosa organização do trabalho". Na revisão que faz de seus valores sociais, volta-se para o obreiro anônimo da civilização e depõe a seu favor. *Um Paraíso Perdido*, projeto do texto de que sua morte nos privou, deixa lugar para a hipótese de que nele Euclides retificaria, de forma cabal, muito do alheamento doutrinário que perpassa n' *Os Sertões*.

Historiografia a tintas nada neutras, o processo de construção do texto, que ao pretendido real anedótico deixa superpor o real lingüístico, dá conta, em larga parte, da complexidade de seu objeto.

Euclides acentua, deforma, anima, transfigura o fato em sua escritura transbordante e apaixonada. Lírica. Com esse tanto de arte sem o qual nenhum texto atinge a boa história. Recuperação dos vestígios preciosos que lhe dá a tradição. Trabalho de encantamento e rigor de quem devolve, agora transmutado, o transmitido.

Arbitrária, a morte suspendeu o projeto do segundo livro vingador. Mais necessário e oportuno em nossos dias, quando a Amazônia — "a última página do *Gênesis*" — dá, antes, sinais de Apocalipse.

8 G. Duby, *Dialogues*, Ed. Flammarion, Paris, 1980.